Ata da 1ª Sessão Extraordinária do dia 20 de Dezembro de 2013.

Às 10h23min, do dia 20 de dezembro de 2013, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida São Francisco, 320, Primavera, reuniram-se em Sessão Extraordinária os vereadores: Adriano da Farmácia, Ayrton Zorzi, Braz Andrade, Dr. Paulo, Dulcinéia Costa, Flávio Alexandre, Gilberto Barreiro, Hamilton Magalhães, Hélio Carlos, Lilian Siqueira, Mário de Pinho, Maurício Tutty, Nei Borracheiro, Rafael Huhn e Wilson Tadeu Lopes. Aberta a Sessão, a Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse à leitura das matérias constantes da pauta de convocação. Após a leitura, passou-se à votação das matérias constantes da Ordem do Dia. **Emenda nº 02 ao Projeto de Lei nº 528/2013 que modifica a redação do § 11 do art. 22 da Lei Municipal nº 4.862/2009 e altera a proposta inicial contida no Projeto de Lei nº 528/2013**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a emenda foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 528/2013 que altera o artigo 22 (*caput*) e acrescenta os parágrafos 4º ao 10, ao art. 22, da Lei Municipal nº 4.862/2009**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a emenda foi colocada em **2ª votação**, sendo aprovada por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 559/2013 que revoga o § 2º do art. 2º da Lei Municipal nº 1.075/71, que dispõe sobre doação de terreno do patrimônio municipal à Rádio Clube de Pouso Alegre S/A - PRJ-7**. O projeto foi retirado da Ordem do Dia pelo Líder de Governo, Ver. Rafael Huhn. **Projeto de Lei nº 569/2013 que autoriza o Chefe do Poder Executivo de Pouso Alegre a transferir o imóvel que menciona à empresa Potencial TJT Poços Artesianos e Construtora LTDA, CNPJ nº 03.681.600/0001-50, descaracteriza área verde e dá outras providências**. O Ver. AyrtonZorzi pediu vistas do projeto. O pedido de vista foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 580/2013 que altera o § 1º do art. 16, da Lei nº 4.389/2005, para a finalidade de incluir o item 21, subitem 21.01**. O Ver. Dr. Paulo falou que o projeto foi retirado da pauta na última votação, e volta “na surdina” sem nenhuma modificação. Manifestou-se contrário o projeto, pois impacta diretamente contra o trabalhador de Pouso Alegre. Afirmou que é uma imposição do Poder Executivo. Destacou que não há necessidade de um projeto com esse conteúdo nesta data. Pediu que o próximo presidente não coloque projetos para análise de última hora. Declarou que se o projeto passar pedirá que a imprensa se manifeste. O Ver. Hamilton Magalhães leu a justificativa do projeto. Afirmou que se o projeto for aprovado, as associações devem entrar com a ação civil pública. O Ver. Adriano da Farmáciacomentou sobre a pressa para aprovação. Disse que o Poder Executivo “dá as cartas” na Câmara Municipal. Citou o aumento do ISS. Falou que os vereadores não pagam esses impostos. Agradeceu a presença da população. Asseverou que é a terceira Sessão Extraordinária com o mesmo assunto. O Ver. Hélio Carlos falou que o projeto apresenta dois parâmetros para discussão. Comentou que o aumento da Viação Princesa do Sul é contratual. Declarou que é contrário a isenção da Viação Princesa do Sul. Destacou que o assunto é sobre o ISSQN. Disse que o Prefeito Municipal de 2005 fez para uma classe mais rica, a classe dos cartórios, o que o prefeito deseja fazer com a Viação Princesa do Sul. Questionou o que a população ganha com a retirada do imposto para os cartórios. Disse que a cidade passou por uma transformação. Falou sobre a coleta de lixo do município. Destacou que está tranqüilo quanto ao seu voto. Falou que está reparando um erro que o Prefeito da época cometou isentando os cartórios.O Ver. RafaelHuhn falou que algumas manifestações foram feitas com mentira, já que este projeto afeta somente os cartórios, e não o comércio. Declarou que os preços dos cartórios são tabelados e não podem ser aumentados. Destacou que o que está sendo discutido é o tributo para cartório. Afirmou que há defesa dos donos de cartório, alegando que votará favoravelmente.Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocada em **2ª votação**, sendo aprovada por 8 (oito) votos a 7 (sete). Votos contrários dos vereadores Adriano da Farmácia, Dr. Paulo, Braz Andrade, Flávio Alexandre, Hamilton Magalhães, Lilian Siqueira, Nei Borracheiro. O Ver. Dr. Paulo pediu que a Presidente Dulcinéia Costa não atropelasse a justificativa dos votos. Discordou do Ver. Rafael Huhn, afirmando que o aumento do ISSQN impactará na vida do cidadão. Declarou que não existe tributo neste país que não afete a população. O Ver. RafaelHuhn afirmou que o que está acontecendo é *lobby* dos donos de cartório. **Projeto de Lei nº 583/2013** **que altera os arts. 184, 236, 238, 239 e 240 do Código Tributário Municipal (Lei nº 1.086) e arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 4.118/2002, revoga o art. 5º da Lei nº 2.366/89**. O Ver. Adriano da Farmácia falou que o lixo está espalhado nas ruas. Falou que desejam o aumento, mas não repassam os valores para as empresas de terceirização. Declarou que os vereadores estão trabalhando para eles mesmos e não para o povo. Questionou os valores que serão cobrados. O Ver. Dr. Paulo afirmou que são naturais os aumentos. Destacou que será contrário, já que há o aumento sem a devida a contraprestação do serviço. Informou que o serviço é de péssima qualidade. O Ver. Rafael Huhn falou que o Governador quebrou o Estado de Minas Gerais, e agora está transferindo o ativo da iluminação pública para o município. Pediu o debate sobre os impostos, afirmando que no município quem paga imposto são os pobres. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 8 (oito) votos a 6 (seis). Votos contrários dos vereadores Dr. Paulo, Hamilton Magalhães, Adriano da Farmácia, Nei Borracheiro, Lilian Siqueira e Braz Andrade.O Ver. Dr. Paulo lamentou, pedindo que a população dê início ao Conselho Municipal do Contribuinte. Afirmou que debate deve ser público.O Ver. Adriano da Farmácia pediu que sejam despedidos os cargos de confiança para aumentar a arrecadação. Falou que a Câmara Municipal está sendo comandada pelo Poder Executivo. **Projeto de Lei nº 579/2013 que altera a redação dos artigos 159, 160, 163 e 164, da Lei 1086/1971, de 09/11/1971, que institui o Código Tributário Municipal, acrescenta o art. 164-A e dá outras providências**. O Ver. Hamilton Magalhães falou que é vergonhosa a Sessão Extraordinária. Agradeceu a população pela força dada aos vereadores da oposição. Nunca viu um projeto do Poder Executivo de redução de despesa. Afirmou que será aprovado mais um projeto de aumento de imposto. O Ver. Adriano da Farmácia citou os problemas do município, questionando o motivo pelo qual o prefeito deseja o aumento do IPTU. Afirmou que não existe transformação política. Declarou que a função do Poder Legislativo é fiscalizar. Falou que o Prefeito tem dinheiro para fazer propaganda enganosa. Afirmou que a propaganda está sendo feita em “saco de pão”. O Ver. Dr. Paulo afirmou que o projeto foi estrategicamente colocado em pauta. Disse que foi tirado sem motivo e colocado novamente, acreditando que a população não compareceria. Afirmou que é uma tabela mirabolante criada, informando que haverá visitas para definição das alíquotas. Falou que a tabela é escusa. Pediu discussão da tabela com profissionais da área. O Ver. Hélio Carlos parabenizou o Poder Executivo pelo empenho de trazer projetos que objetivam equiparar os valores do IPTU. Falou que todas as casas, em todos os bairros, haverá o pagamento maior de quem ganha mais e menor de quem ganha menos. Parabenizou pelo enfrentamento da elite.Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 8 (oito) votos a 6 (seis). Votos contrários dos vereadores Hamilton Magalhães, Adriano da Farmácia, Dr. Paulo, Lilian Siqueira, Flávio Alexandre, Braz Andrade. O Ver. Adriano da Farmácia declarou que este é mais um projeto contra a população. Pediu que a OAB acionasse na justiça, pois considera vergonhosa a aprovação desse projeto.O Ver. Dr. Paulo afirmou que é um presente irônico para a população de Pouso Alegre. **Projeto de Lei nº 581/2013 que isenta do recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN a Viação Princesa do Sul LTDA e dá outras providências**. O Ver. Hélio Carlos afirmou que houve o comprometimento de oito metas, que não foram cumpridas. Afirmou que votará contrariamente. O Ver. Adriano da Farmácia comentou sobre termos do projeto. Declarou que há a retirada da população e isentando a Viação Princesa do Sul. Afirmou que tem fiscalizado e cobrado das autoridades ajuda para lutar pela população.O Ver. Dr. Paulofalou que é absurdo aumentar o ISS para a população e isentar a Viação Princesa do Sul. Falou que votará contrariamente e pedirá que os vereadores votem contra. O Ver. Maurício Tutty falou sobre seu posicionamento acerca da Viação Princesa do Sul. Lembrou suas declarações de que a empresa não merece prestar serviço no município. Falou que se a empresa fosse eficiente, poderia até votar favoravelmente, já que deseja tarifa zero. Como a empresa não presta bem o serviço, votará contrariamente. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo rejeitado por 15 (quinze) votos.O Ver. Rafael Huhn questionou se não há diálogo com os membros do Coletivo Pouso Alegre. Falou que votaram contra a prorrogação do contrato com a Princesa do Sul, pedindo que sejam consultadas as atas de 2008. Afirmou que é necessário um debate sério e o enfrentamento da elite.E, nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada às 11h34min. Ficam fazendo parte integrante desta Ata os relatórios emitidos pelo sistema eletrônico de votação, composto pela Ata resumida da Reunião e pelos registros individualizados das proposições apreciadas e votadas. E, para constar, eu, Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz, Técnico Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e achada conforme, vai assinada pela Presidenta e 1º Secretário da Mesa e por mim.

Sala das Sessões em 20 de Dezembro de 2013.

Dulcinéia Costa Ayrton Zorzi Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz

Presidente 1º Secretário Técnico Legislativo